



**REDACÇÃO PRINCIPAL**  
**ALEXANDRE VICIÇA**  
Propriedade da Confederação Geral do Trabalho  
EDITOR — JOAQUIM CARDOSO

Redacção, administração e tipografia, Calçada do Combro, 28-A, 2.º  
Lisboa — PORTUGAL  
Endereço telegráfico: Talhada-Liebon • Telefone 5339 0

Officinas de impressão — Rua da Atalaia, 114 e 116

# A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ — PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

## OS ESTADOS UNIDOS E A PAZ

O governo francês, mais ou menos dirigido pelo clero capitalista da metálgia, procura extrair do tratado de Versalhes um estado de hegemonia sobre o mercado metálgico mundial, do mesmo modo que a Inglaterra procura atingir idêntico estado hegemónico no ponto de vista marítimo e comercial. São estes os fulcros centrais em volta dos quais giram todos os acontecimentos e todos os actos dos políticos, e basta recordar a confissão de guerra dada pelo tratado para perceber esta verdade. Os acontecimentos sucedem-se tam graves e tam frequentes, que esta recordação é quasi impossível para muita gente. Felizmente, um dos artilheiros deste tratado narrou a sua história e estabeleceu a sua defesa.

A paz, do sr. André Tardieu, para quem souber desfrutar os motivos e as causas, mostra claramente que o tratado de Versalhes é obra de empregados das potências capitalistas, procurando destruir ou enfraquecer os seus concorrentes.

No ponto de vista francês a paz é sobretudo uma paz metálgica, e no ponto de vista inglês é, sobretudo, uma paz marítima. Os americanos foram ludibriados. O facto de ter feito uma tal pseudo-paz, necessariamente incompreensível, se ela emanasse de homens de Estado, é de homens tendo uma ideologia a realizar que os levava a actuar em conformidade. Mas esta paz emanou de políticos, isto é, de homens que só tem um fim: conservarem-se nas cadeiras do poder para gozar todas

as vantagens materiais, mesquinhas, estreitas e grosseiras resultantes desta situação. E os políticos franceses avallam-se bem lendo dois livros muito recentes, *As minhas prisões*, de Joseph Caillaux e o *Meu crime* de J. Malvy. O Clemenceau de 1914-1920 é o mesmo Clemenceau de Comellins Herg-Reinach! Os capitalistas sabem escolher empregados hábeis, astutos, tenazes. Basta pagar, o que é coisa fácil quando os pagamentos se fazem com o dinheiro dos outros.

Os americanos foram ludibriados, mas, na verdade, não se inquietam muito, por se saberem seguros, visto que formam um grupo capitalista que é mais rico em ouro e em matérias primas que os seus concorrentes europeus. Esperam a sua hora. E esta hora chegou. Os nossos capitalistas franceses ensinaram amansa-los, ensinando-lhes um embaixador extraordinário, o sr. Viviani. O portador de boas palavras foi acolhido com boas palavras. Mas tudo isto se fez com o fim de se enganar mutuamente. A política interna e externa baseada-se na mentira perpétua, no perpétuo bluff! O único efeito que por vezes produz é ocultar durante um certo tempo a realidade, o que traz como consequência obscurecer a vida dos próprios dirigentes, que por esta forma são impedidos a cometerem cada vez maior número de tolices.

E prova patente foi a dada pelos dirigentes alemães durante a guerra das nações. E, desde 1919, provas cotidianas dão-nos os dirigentes tanto britânicos como

franceses. Quando compreenderão que a melhor forma de governar os homens e de administrar as causas, consiste em dizer a verdade e agir honestamente?

Enquanto esperamos que o venham a compreender, as suas mentiras e o seu bluff não ludibriarão o capitalismo americano. Este não se deixa ludibriar. Procura o seu interesse e só o seu interesse. E este interesse consiste em impedir o esmagamento económico e industrial da Alemanha em proveito do capitalismo britânico pela marinha mercante, e do capitalismo francês, pela metálgia. E para satisfazer este interesse o governo americano quer de novo tomar parte nos conciliabulos que decidem da política. E dá-o a entender nos seus jornais e por intermédio de notas officiosas, indicando ao mesmo tempo ser necessário que as potências europeias, suas devedoras, façam com elle acordos. A ameaça subentende-se. Os dirigentes alemães compreendem bem como esta situação lhes é vantajosa. Mas a obtusidade do seu espírito, faz com que estes contrariem mais do que auxiliem a política americana.

Esperam por esta forma dominar o grupo capitalista francês. Depois se deslindarão. «Ver e esperar» é a sua eterna política, que muitas vezes tem êxito por terem a arte dos compromissos, arte que pouco ou nada possui o grupo francês, mas que possui também o grupo americano.

Este último vai agora tomar parte no arranjo europeu. A defesa dos seus interesses levará logicamente o

governo a pôr um veto formal às veleidades de hegemonia metálgica do grupo capitalista francês e, por conseguinte, a defender a Alemanha do jugo económico. O que a América julgar bom e justo nas propostas alemãs deverá ser aceite pelos dirigentes franceses, quer lhes agrade quer não.

O tratado de Versalhes deu o que tinha a dar. Não tendo sido reconhecido pela República Federal dos Estados Unidos, não se pode falar da sua execução, desde o momento em que esta República resolve tomar o seu lugar no conserto das potências. É a própria lógica. É inútil querer acultar aos outros e a nós mesmos as consequências inelutáveis da paz separada da América com a Alemanha (moção House no Senado) e da nova participação desta América omnipotente na política mundial.

A defesa dos interesses capitalistas americanos vai logicamente conduzir o governo americano a realizar a ideologia um pouco vaga que Wilson resumiu nos seus célebres catorze pontos. Com efeito, a paz na Europa — portanto no mundo — a paz real, só se pode fazer e manter realizando estes catorze pontos com todas as suas lógicas consequências. Antes de Wilson, em 1916, demonstrá-lo e explicou-o nas minhas conferências da Universidade de Londres, donde formei a minha obra *As lições da guerra mundial*. A América capitalista e a massa popular quer a paz. Para isto tem necessidade do desarmamento. E o desarmamento arrasta lógica e necessariamente a liberdade dos mares, sem a hegemo-

nia de qualquer potência, a internacionalização dos portos e dos rios, o livre câmbio, o direito dos povos manifestado por meio de «referendum», em agrupamento-se segundo as suas vontades, etc. E tudo isto só se pode obter pela formação duma Federação de Nações livres e democráticas.

O governo de Harding será lógico e inelutavelmente impellido a realizar esta tarefa se quer governar no interesse do seu capitalismo e das massas. Mas se não puder realizá-la, será então levado não menos necessariamente à guerra com o Japão, para assegurar o livre desenvolvimento do seu capitalismo, numa paz mundial durável. Só existem estes dois meios. Qual será realizado? Isto depende do factor: a política britânica, que, por seu turno, depende, em grande parte, da política russo-asíática. Considerando devidamente os factos, dada a opinião pública britânica, manifestada pela carta Asquith-Clynes-Lord Robert Cecil, não levado a crer que a política americana pacifista triunfará duma política guerreira no seu próprio país e na Europa. Harding dará realidade à ideologia de Wilson.

Maio de 1921.

Augustin Hamon,

### A DESPEDIDA...

## Uma visita inesperada

O sr. E. Beddington Behrens, congressista da Conferência Parlamentar Internacional do Comércio diz à «Batalha» o que é a Organização Internacional do Trabalho

O sr. E. Beddington Behrens, delegado do Bureau Internacional do Trabalho junto da Liga das Nações, que veio a Lisboa, à Conferência Parlamentar do Comércio, visitou ontem a «Batalha». Sensibilizou-nos esta visita. O sr. Beddington Behrens, inglês de nascimento, deixou-nos a impressão de que falávamos com um verdadeiro francês não só pela forma elegante como se serve do idioma de Hugo, como pelo seu trato afável.

O sr. Behrens sabe perfeitamente que nós não acreditamos na eficácia de conferências parlamentares; não o impediu esse facto, porém, de se aproximar de nós, desejoso naturalmente, como pessoa que sabe viajar, de conhecer a nossa orientação, a nossa maneira de encarar os problemas sociais, neste momento tam debatidos no mundo inteiro.

Como é natural, enquanto percorriamos as dependências da Batalha e da Confederação Geral do Trabalho, fomos trocando as nossas impressões.

O sr. Beddington Behrens visita a «Batalha» e a C. G. T. — Tenciona voltar a Portugal

O sr. Behrens gostou das nossas instalações. Explicamos-lhe, no entanto, que elas não são um pálio reflexo do que nós desejamos.

— A falta de dinheiro, compreendemos — Mas isto é um verdadeiro palácio — disse o nosso visitante. É justo que os operários habitem em palácios.

Citamos-lhe alguns sindicatos, cujas instalações são realmente de primeira ordem, como o dos marítimos de Setúbal e dos Arsenalistas do Exército. Lamentou o delegado à Conferência Parlamentar ter de partir hoje para a Suíça, não tendo assim tempo para visitar esses sindicatos que tanto o interessam mas tenciona dentro de alguns meses voltar a Portugal e então com mais vagar apreciará os progressos da organização operária portuguesa.

Pouco a pouco a nossa conversa aproximou-se dum assunto que a ambos estava interessando: a organização internacional do trabalho. Foi interessante a nossa conversa e, com autorização do nosso hóspede, aqui a reproduzimos tam fielmente quanto possível.

O Bureau Internacional de Trabalho — A paz só se pode basear na justiça social

— Quais são as bases em que assenta o Bureau Internacional do Trabalho? — perguntamos-lhe.

O sr. Behrens apressou-se a citá-las, dizendo: — O princípio sobre o qual o B. I. T. foi criado, e que está incluído no capítulo XIII do Tratado da Paz é este: a paz só se pode basear na justiça social.

— Daí o B. I. T. proclamar que o trabalho não deve ser considerado como uma mercadoria ou um artigo de comércio.

— E como encara o Bureau o direito de associação?

— Esse direito é forçoso que exista tanto para os assalariados como para empregados, desde que não contrariem as leis. Também esta organização de trabalho entende que o salário pago aos trabalhadores lhes deve assegurar vida desafogada.

O trabalho das crianças e das mulheres — Igual salário para ambos os sexos

— E quanto à jornada de trabalho? — inquirimos.

— Somos pelas oito horas de trabalho diário, ou seja, quarenta e oito horas por semana. Trabalhemos por estabelecer este regime em toda a parte. O descanso semanal, de 24 horas, pelo menos, está também no nosso programa, escolhendo-se sempre que seja possível o domingo para esse fim.

A nossa conversa versou depois sobre o trabalho das crianças e das mulheres. Interrogado sobre a orientação do Bureau Internacional a este respeito, o sr. Behrens explicou:

— Pretendemos que o trabalho das crianças seja totalmente abolido. Quanto ao trabalho dos jovens de ambos os sexos, desejamos limitá-lo, de forma a permitir o seu desenvolvimento físico e a sua educação. Também o Bureau deseja conseguir que o salário seja igual para ambos os sexos, em profissões idênticas.

— Estas regras, uma vez seguidas em todos os países, devem assegurar ao trabalhador, que legalmente os habite, uma equitativa situação económica.

As conferências de Génova e Washington. — O horário de trabalho consideravelmente reduzido no Japão

O acaso quiz que se citassem as conferências de Génova e de Washington. O sr. Behrens repetiu-nos o que já é mais ou menos conhecido sobre o assunto, que a conferência de Génova tinha por fim proteger os marítimos e defender os adolescentes que trabalham a bordo.

— A conferência de Washington — disse o nosso hóspede — tratou da regulamentação do horário de trabalho. Como sabem, o dia de horas foi ali adoptado.

— E conseguiu-se alguma coisa de pratico; sobre o horário de trabalho? — perguntámos nós, porque este assunto é actualmente de grande interesse.

— Conseguimos obter alguns resultados praticos. No Japão, por exemplo, o tempo de trabalho foi reduzido de 93 horas semanais para 60, na indústria da seda, e para 57 horas nas outras indústrias.

Contámos então ao sr. Beddington Behrens, quanto Portugal se atrazou relativamente ao Japão e as tentativas ultimamente feitas pelos industriais para nos arrancar uma regalia que conquistámos, à custa do nosso esforço, que vale bem mais que todas as conferências.

De resto, o nosso entrevistado também concordou, como toda a gente, que as regalias só são respeitadas quando os interessados as organizam proletárias, tem força para as manter.

E fizemos sentir delicadamente ao nosso amável interlocutor que não concordávamos muito com essas conferências, exactamente por considerarmos que só tem valor aquilo que se sabe e pode conquistar...

O que nós dissemos sobre a nossa política interna

Ainda conversámos largamente sobre assuntos internacionais. Informámos-o o melhor possível, durante a resumida hora de cavaco, da forma admirável, maravilhosa, como a nossa política interna caminha...

A despedida do sr. Behrens manifestou-nos o prazer de conversar conosco. E nós, francamente, dissermos-lhe que também nos sentíamos encantados por encontrar uma pessoa leal, verdadeiramente tratável, embora não lute duma forma rasgada e no campo da ilegalidade, como nós, pelo advento dum mundo novo.

O sr. Behrens, que pertence àquele grupo *Clarifé*, de que fazem parte Henri Barbusse, Anatole France, Roland e outros, disse-nos ao apertar-nos definitivamente a mão:

— La première visite au Portugal, ce qui m'a impressionné le plus c'est la genéreuse hospitalité des portugais.

Realmente os portugueses são extremamente hospitaleiros para os estrangeiros, mas, mal lhes voltam costas, a sua brutalidade recolhe-se.

O sr. Behrens, bem como os outros congressistas estrangeiros, devem abandonar hoje Portugal; vai cair a máscara da delicadeza; vai recomençar a barba funda política, acompanhada (quem sabe?) de intenso tiroleio.

### A DISSOLUÇÃO PARLAMENTAR

## Uma sessão histórica em que o parlamento se redime de tôdas as suas culpas

Os homens da legalidade pregam o direito à revolução

Na sala da Câmara dos Deputados, onde, por não ter recebido ordens em contrário da secretaria do Congresso, compareceu todo o funcionalismo que ali habitualmente faz serviço em sessões normais, reinaram ontem alguns parlamentares, a convocação de um grupo de deputados e senadores reconstituintes, populares e dissidentes.

Como de costume, no edificio compareceu uma guarda de honra que não teve a quem fazer a continência senão ao sr. Correia Barreto, quando este senhor entrou no edificio para presidir ao Conselho Parlamentar, que reuniu num gabinete para se pronunciar sobre a oportunidade da dissolução.

A indiferença do público Feita a contagem, depois do qual entram mais alguns membros das duas câmaras, representantes dos aludidos núcleos, o sr. Vasco de Vasconcelos que assumira a presidência, convidou o vice-presidente do senado sr. Alves Monteiro, que acede e manda buscar a acta e o expediente, não aparecendo nem uma coisa nem outra.

Frangueadas as galerias ao público, entram muito poucas pessoas.

O sr. Alves Monteiro, dirigindo-se aos assistentes, diz estar reunido o congresso com *quorum* suficiente e num direito legitimo, dando aquela sessão uma sessão histórica. Sã em seguida a palavra ao primeiro signatário.

O sermão de Fr. Alvaro de Castro

O sr. Alvaro de Castro diz ter sido ele um dos que votaram a faculdade da dissolução, mas não acatará que ela seja posta como uma espada sobre o parlamento em circunstâncias ignominiosas e em face duma ameaça. Não duvidarão os parlamentares entregar os seus mandatos nas mãos dos sr. presidentes das Câmaras, mas só depois de se reconhecer que não o fazem em virtude duma ignomínia.

O sr. Cunha Leal diz o que sabe

Seguidamente, o sr. Cunha Leal afirma que o dr. sr. António José de Almeida foi coagido. Ele, orador, dirá o que sabe dessa baralha, que não chegou a assumir a gravidade de desordem pública; até, diz-se, estavam envolvidos ministros, um dos quais não soube dissimular a sua cumplicidade. No que as suas forças consentiram, evitou a eclosão duma luta armada quando ele esteve imminente porque a isso o obrigaram alguns angustiosos receios do chefe do Estado, numa hora em que estavam prestes a receber a visita de estrangeiros.

Examinando os trabalhos mais importantes pendentes do Parlamento, diz que as futuras câmaras serão peores do que estas e acusa de coniventes no golpe de Estado os presidentes do senado e da câmara dos deputados.

A ditadura da força responde-se com a força

Está bem — termina — que a ditadura da constituição se responda com a ditadura constitucional; mas à ditadura da força responde-se com a força.

Segue-se no uso da palavra o sr. José Barbosa, que também classifica de ditadura o procedimento dos presidentes de ambas as câmaras do congresso.

E de parecer — diz — que elas se reúnem, mesmo que qualquer diploma as dissolva, uma vez que compareça uma quarta parte dos seus membros.

Uma affronta contra a qual o parlamento tem o direito de se revolucionar

Tem depois a palavra o sr. Júlio Martins. Em seu modo de ver, a dissolução só poderá ser aceite quando as circunstâncias claramente o determinem, sem ofensa da Constituição. Doutra maneira ela será uma afronta contra a qual o parlamento tem o direito de se revolucionar.

Reunião do Conselho Parlamentar

Foi votada a dissolução por cinco votos contra um

O conselho parlamentar reuniu no gabinete da presidência do Senado, tendo comparecido os sr. Correia Barreto, Alvaro de Castro, António Maria da Silva, Domingos Pereira, Costa Júnior, José de Almeida, Iúlio Martins, Vitorino

Pelo partido socialista, o sr. José de Almeida declara que a determinação do que se está passando foi um pronunciamento militar resultante, por sua vez, dos republicanos se terem esquecido de que a soberania legitima é a do poder civil. Acentua depois que o seu partido é neste momento contra a dissolução, por vir imposta por quem não a podia indicar. Termina com a afirmação de que os socialistas ficarão albeios a qualquer perturbação em que os republicanos porventura se empenhem para fazerem valer os seus interesses partidários.

A voz do sr. Orlando Marçal não poderá ser estralada na praça pública

O sr. Orlando Marçal fala depois, criticando os factos em debate e insurgindo-se contra a dissolução que considera uma afronta. Com grande calor, diz que se a sua voz tiver de se calar no parlamento não poderá ser estralada na praça pública.

O desarmamento

A policia bávara recusa-se a aceitar o ultimatum

BERLIM, 1.º — Supõe-se que apesar das afirmações do chanceler Wirth os guardas civis pretendem encontrar subterfúgios para fugir à acção do ultimatum.

Em vista da attitude pouco enérgica do gabinete as organizações sindicais representando 250.000 operários e empregados bávaros decidiram recorrer a todos os meios incluindo a greve geral para impor o desarmamento. — Rádio.

Na defesa da democracia o sr. Ladislau Batalha irá até à revolução

O sr. Ladislau Batalha diz que dará todo o seu esforço para que o regime não deixe vingar a reacção contra a democracia. Na defesa desta irá até à revolução.

Um protesto ao chefe do estado

Esgotada a inscrição, o sr. Alves Monteiro diz que o parlamento acaba de se redimir de todas as suas faltas e lê o seguinte documento, que vai ser entregue ao chefe do estado.

«De tudo que se passou nesta reunião, verdadeiramente solene, pela austeridade da grandeza que revestiu, resulta um protesto veemente contra o atropelo de todas as normas constitucionais praticadas para evitarem a reunião do parlamento, tam necessária ao equilíbrio dos poderes públicos e absolutamente indispensável para a boa e regular solução dos urgentes problemas e bem graves da administração pública.

E, sobretudo, ficou bem claro e bem patente que o Congresso não defende a sua existência, mas somente a pureza dos princípios constitucionais e republicanos, não quer embaraçar a marcha do poder executivo, mas quer que as suas prerrogativas sejam respeitadas, não quer evitar a dissolução, mas quer que ela se faça dentro das normas estritamente legais.»

Uma arrelial

Em seguida a referida nota foi enviada a secretaria para aí ser passada a limpo, mas o secretário da comissão administrativa do congresso proibiu que isso se fizesse. Então, o sr. Alves Monteiro, muito arrelialado, sentando-se na cadeira de um dos taquígrafos, copiou-a.

Expansão comercial e industrial italiana

O «Trinacria» entrará no Tejo no dia 18 do corrente

ROMA, 31. — Amanhã partirá de Nápoles o hiate *Trinacria*, a bordo do qual está instalada a feira campionária marítima italiana. A bordo do *Trinacria* viajam cerca de 500 comerciantes italianos que levam aos diversos portos do Mediterrâneo e do Atlantico a demonstração da importância comercial e industrial da Itália, adquirida depois da guerra. O *Trinacria* chegará a Lisboa no dia 18 de junho devendo demorar-se seis dias no Tejo para que os comerciantes que veem a seu bordo possam fazer a propaganda dos artigos da industria italiana. — Rádio.

Condenação de um oficial por maltratar prisioneiros de guerra

BERLIM, 1.º — O secretário geral inglês Pollock, de volta a Londres, referiu-se à imparcialidade com que estão sendo feitos os julgamentos dos criminosos de guerra.

O tribunal de Leipzig condenou a seis meses de prisão o capitão Muller de Karlsruhe que fazia serviço na Landwehr, por ter infligido maus tratos aos prisioneiros de guerra. — Rádio.

Julgamento dos criminosos da guerra

Condenação de um oficial por maltratar prisioneiros de guerra

BERLIM, 1.º — O secretário geral inglês Pollock, de volta a Londres, referiu-se à imparcialidade com que estão sendo feitos os julgamentos dos criminosos de guerra.

O tribunal de Leipzig condenou a seis meses de prisão o capitão Muller de Karlsruhe que fazia serviço na Landwehr, por ter infligido maus tratos aos prisioneiros de guerra. — Rádio.

### CLASSES GRAFICAS

## “lock-out”, não é geral

Compositores e impressores não retomarão o trabalho nas casas que obedeceram à intimação da Confederação patronal, senão por intermédio do seu comité dirigente

O lock-out que a Confederação Patronal impôs aos industriais de tipografia, como resposta às reclamações de aumento de salário do pessoal, redundou num fiasco.

Grande número de industriais não obedeceu à intimação, e para que esta afirmação não possa ser tida como gratuita, damos a seguir a relação das casas que continuam em laboração:

Cruzada, rua do Século; Beles, Largo do Calhariz; Honiades, rua da Alameda; Socio, rua Nova da Trindade; Cristóvão, rua de S. Paulo; Tejo, rua de S. Paulo; Sena e Magalhães, rua da Graça; Augusto Lima, rua do Sol; Gracia, rua da S. Julião; Gonçalves, rua do Alcaide; Sociedade Gráfica Lda, rua do Século; Lucas, rua do Diário de Notícias; Mendonça, rua Vasco da Gama, Officina do «Século» (casa de obras); rua da S. Julião; Trindade da Espirito; Diário de Notícias (casa de obras); rua do Diário de Notícias; Serra de Almeida, rua dos Remedios; Tapadora, rua de Alcantara; Typographia Salvador, rua do Conde da Ponte; Galhardo, Largo do Carmo; Joaquim Alves de Assis, rua da Prata; Almeida, Largo de S. Martins, rua da Madalena; Emenda, Typographia Popular, rua do Povo dos Negros; Franco, Calçada do Sacramento.

Sob a presidência de Artur Inês, secretário Adriano de Oliveira e Alfredo Dantas, reuniram ontem as classes dos compositores e impressores, que se encontram em luta por aumento de salário, bem como as das casas em que foi declarado o lock-out.

Joachim Silva, em nome da comissão, relata as demarches até agora realizadas, fazendo notar que o tam falado lock-out acabou num fiasco, pois que só uma parte das tipografias de Lisboa se encontram encerradas e essas mesmas estão na disposição de abrir visto o insucesso do lock-out, salientando-se as casas que não aderiram às deliberações da Confederação Patronal, encontrando-se em laboração trinta casas de importância no meio gráfico. Após acalorada discussão, em que tomaram parte vários oradores, e dada a crescente agitação da assembleia, Joaquim Silva, em nome da comissão executiva, apresenta a demissão da referida comissão para ser o movimento dirigido por um comité, não se responsabilizando pelo que de futuro se passar.

Lister Franco apresentou a seguinte moção, que foi aprovada por aclamação:

As classes dos compositores e impressores tipográficos, reunidas em assembleia magna no dia 1 de Junho de 1921, considerando que uma grande parte dos industriais tipográficos, obedecendo às ordens da teubrosa C. P. encerraram as portas das suas officinas lançado para a rua aqueles que com o seu esforço lhes proporcionaram o bem estar que a ditadura, considerando que essa attitude demonstra alem duma bem definida hostilidade, o propósito em que esses senhores se encontram de sumir o nosso movimento, não atendendo às justas reclamações apresentadas; considerando mais, que as classes reclamantes não podem, sem quebra da sua dignidade de classe, ser organizadas, ficarem indiferentes perante uma tal afronta, resolvem:

— Não retomar o trabalho nas casas atingidas pelo lock-out sem por intermédio da comissão de demarches, com a readmissão de todo o pessoal licenciado e o pagamento integral dos dias em que tal medida se mantiver e exigir, ainda que a título provisório, em acordos respeitantes aos salários, a base do acordo do A. B. C.

Aprovada a moção, foi asperamente censurado o procedimento da direcção da Liga Mutualista, visto que, fazendo causa comum com o patronato, falseou os princípios para que foi creada, não tendo aliado disso autoridade para tal fazer, visto que isso só a assembleia geral competia resolver, sendo aprovada a seguinte moção:

Os compositores e impressores tipográficos, reunidos em assembleia magna, resolve manifestar a sua estranheza pelo facto de a direcção de a Aliança Mutualista encerrar as officinas tipográficas desta agremiação aderindo ao lock-out patronal e por consequência solidarizando-se com o capitalismo, o que não se condiz com os princípios mutualistas.

Lisboa, sala das sessões em 1 de Junho de 1921. — Delim Pereira, Joaquim Teixeira Silva, José Pereira, Augusto Marques, Francisco Lopes, João Gomes Arrigues, Ernesto de Carvalho, José Caetano Junior, António Henrique Caserio, todos sócios da Aliança Mutualista.

As classes encontram-se animadas de mais firme propósito de lutar, aguardando as determinações do seu comité, visto que a comissão, ao declinar o seu mandato, não assume a responsabilidade dos factos que possam suceder.

A sessão foi encerrada no meio do maior entusiasmo.

O Comité dirigente, ao tomar a direcção do movimento, salda todos os camaradas em luta, fazendo votos por que as Classes Gráficas mais uma vez saibam manter integras as suas tradições como classes que sabem lutar e vencer.

Assim este Comité aconselha as classes a manterem a maior energia e coesão, aguardando com serenidade as ordens que, por comunicados na *Batalha*, órgão da C. G. T., este Comité entenda transmitir-vos para levar a bom termo o movimento em trânsito. — O Comité.

Convidam-se todos os camaradas sócios da Aliança Mutualista que não concordem com a orientação da respectiva direcção em ter aderido ao lock-out dos industriais gráficos a comparecer hoje, pelas 10 horas da manhã, na sede da Associação dos Compositores, Rua António Maria Cardoso, 20, 1.º para ir junto da mesma direcção protestar contra tal orientação.

A Comissão de demarches continua em sessão permanente, aguardando as resoluções do Comité.

União dos Sindicatos Operários

Conselho de Delegados

Reúne novamente amanhã, pelas 21 horas, o Conselho de Delegados a este organismo, para prosseguir na discussão do horário de trabalho.

A comissão administrativa reúne hoje, pelas 21 horas, sendo necessária a comparencia de todos os seus componentes.

A questão da Alta Silésia

Contraste entre a attitude dos alemães e a dos polacos

BERLIM, 1.º — O *Times* e outros jornais de Londres reconhecem que a Alemanha cumpriu absolutamente a sua promessa de fechar a fronteira da Alta Silésia, enquanto a fronteira polaca continua aberta em vários sitios. As tropas inglesas que chegaram a Tómes foram muito bem recebidas. O *Times* prevê as dificuldades na cooperação das forças anglo-francesas. Korfanty fez uma proclamação aos polacos, dizendo que uma vez que a acção militar terminou, estes deviam estar absolutamente tranquilos. Apesar disso Korfanty, continua a alistar violentamente recrutas, especialmente nos distritos de Kovel e Lubnik, enquanto os voluntários franceses continuam chegando como até aqui. O coronel Persival, membro da comissão inter-alhada do plebiscito, será substituído por Sir Harold Stuart. — Rádio.

Greve da imprensa

O camarada António Rodrigues, presidente da Associação dos Manipuladores de Parafinas, Massas e Bolachas, da Coimbra, envia a administração de *A Batalha* um vale de crédito na importância de 1000,000, produto duma greve promovida entre a classe a favor dos grevistas da imprensa.



**Excursão ao Porto**  
6400 por semana a começar em 5 Junho p. l.

**Aos Ferroviários**  
da Companhia Portuguesa

Hipólito e Artur da Silva com alfaiataria na rua do Marechal Saldanha, 22 e 24, as alfaias, participam aos ex.<sup>tes</sup> empregados, sendo fornecedores da mesma companhia, esperam receber as suas estimáveis ordens, o que muito agradecem.

**PROS INQUILINOS**

**Quereis defender-vos dos senhorios?**

Inscrirei-vos na agência A PROCURADORA, que, por um escudo por mês, se encarrega de todos os serviços do inquilinato, como pagamento de rendas directamente aos senhorios para evitar abusos destes e quando a legítima, depósito das rendas quando necessário, e defesa dos direitos dos

**A PROCURADORA**  
Advogados: Campos Lima e Carlos de Mendonça.  
Solicitador encartado: Reinaldo Baptista.  
Rua das Encruzadas, 257, 2.º

**SAPATARIA**  
**Marques Ferreira & C.**  
Calçado de luxo em todos os  
gêneros pelos mais elegantes mo-

los, executa-se com toda a per-  
feição e solidês na Rua da Pro-  
gressão, 141, tomando também  
conta de todos os consêrtos.

anco Nacional  
Ultramarino

**Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada**  
Capital realizado:  
**Escudos 24:000.000\$00**  
Indos de reserva:  
**Escudos 26:000.000\$00**  
O dividendo complementar do ano de 1920, na razão de 8 % por ação on esc. 7520, livre de impostos,

a) pagamento na seção de dividendos deste Banco, na rua Augusta, n.º 28, e nas suas filiais e agências, em todos os dias úteis a começar em 1 de fevereiro próximo, das 10 às 12 e das 13,30 a 14,30 horas (aos sábados das 10 às 12 horas), e nas quintas-feiras, em que se fizer o pagamento de atrasados às mesmas horas.

Lisboa, 28 de Maio de 1921.  
O governador  
(a) João Henrique Ulrich

**NS DE CALÇADO**  
de Freitas, 21-A  
anto André)  
ento onde encontrarão um com-  
n, senhora e criança, por preços

**Calçado de Senhora**  
Baido  
pato de pelica preta..... 11400  
verniz da moda 20400

por medida  
de toda a espécie

**as boas drogarias**

TO

**E MODELOS**  
tricot, cópias autênticas da nossa sociedade

**25.000**

---

**90.000**

do